

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: VESP

Class.: YHPO

Data: 22/04/85

Pg.: _____

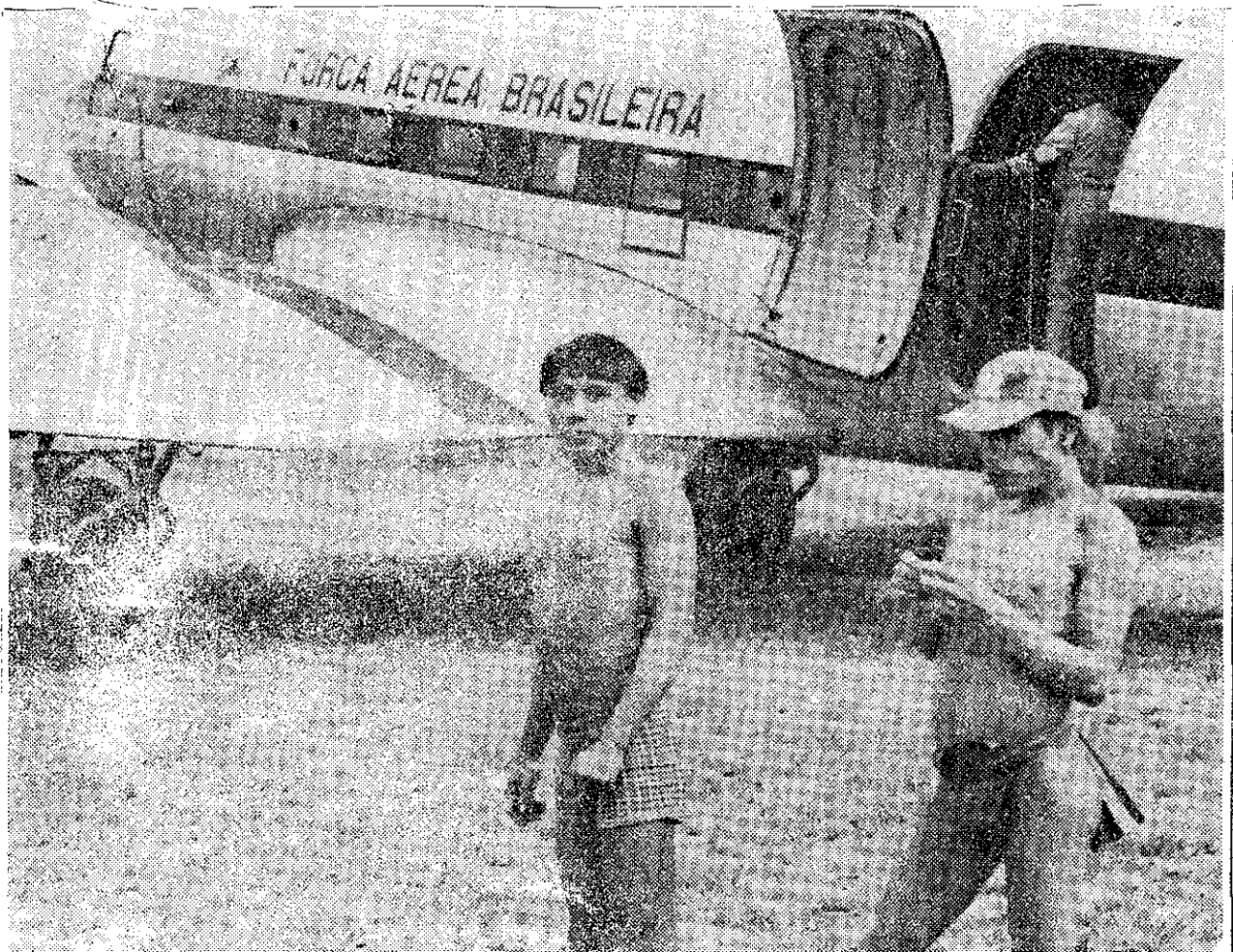


Foto Luiz Carlos Lopes - Enviado Especial

Território/Estado

Roraima pretende transformar-se em Estado e, para isso, está oferecendo terras de graça para quem quiser

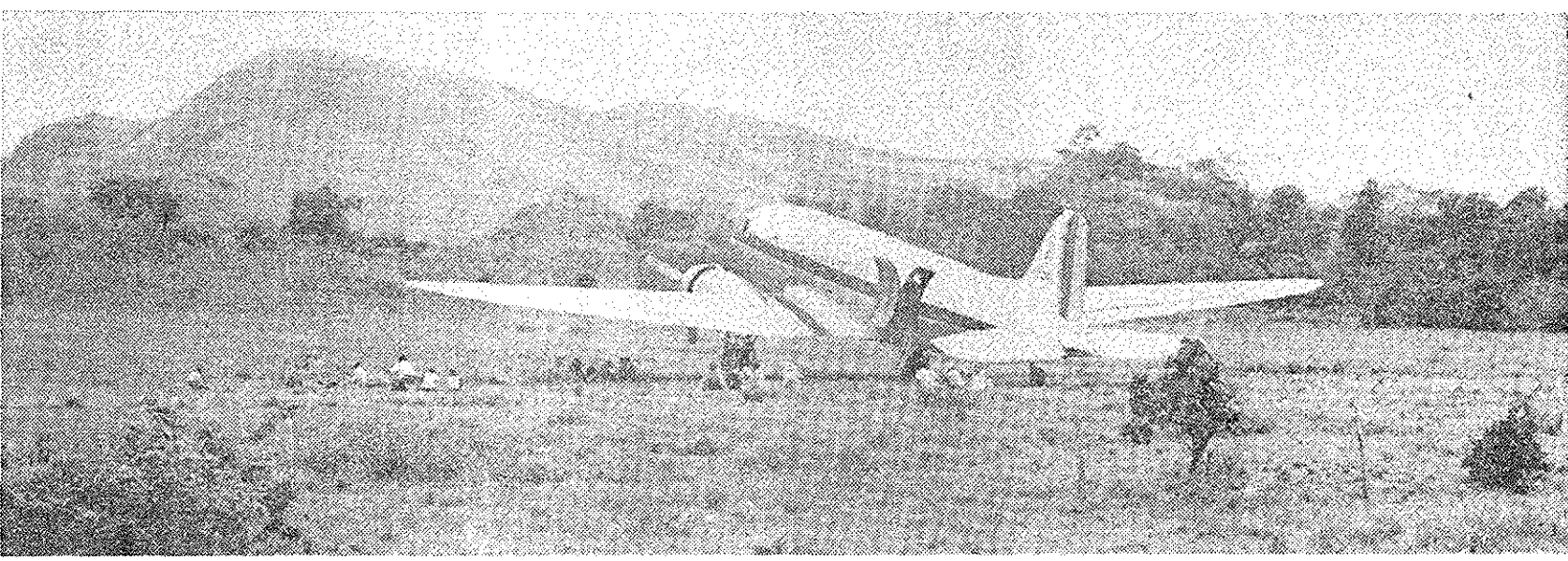
transferir-se para o Território, ajudando a vencer um atraso de 20 anos.

Última página

Roraima oferece suas terras, de graça

O nordestino que desejar transferir-se para o Território de Roraima, receber terras e outros incentivos para a exploração agrícola, poderá fazer até sua mudança de graça, com todas as despesas pagas pelo governo local, que está implantando um programa para atrair lavradores, fortalecendo assim a economia regional para superar mais de 200 anos

de atraso em relação ao restante do País e tentar, em breve, a autonomia política. Para se transformar em Estado, a unidade da federação com menor índice populacional pretende, assim, explorar seus minérios, solucionar seus problemas fundiários e indígenas e construir obras para apoio ao transporte e às indústrias que pretende atrair.



Texto e fotos de Luiz Carlos Lopes, enviado especial

Apenas dois municípios, algumas vilas, fazendas e malocas

São apenas dois municípios distribuídos por uma área de 23 milhões de hectares, onde, o último recenseamento só encontrou 83 mil habitantes. Boa Vista, a capital de avenidas largas e modernas, o principal pólo de desenvolvimento da área, centraliza 43 mil moradores, enquanto Caracará, no centro do Território, absorve outras 18 mil pessoas. As 22 mil restantes estão espalhadas por vilas, fazendas e malocas indígenas, onde, muitas vezes, o avião é o único meio de transporte. Fora desses cálculos devem existir pelo menos 4 mil índios ianomânis, ainda inacessíveis.

Mesmo assim, depois de viver praticamente esquecido, inclusive após sua formação com terras que foram retiradas do Estado do Amazonas, o Território, segundo suas autoridades, está sendo finalmente descoberto, tanto que o índice populacional, apesar de baixo, representa o dobro do que havia há cinco anos. Isso, conforme lembra o governador nomeado, Otomar de Souza Pinto, em decorrência da boa qualidade do solo, que, se não chega a ser excepcional, pelo menos oferece condições para o desenvolvimento de culturas como o arroz, soja, milho, sorgo e feijão. Isso sem contar o regime de chuvas propício à agricultura e pelas boas perspectivas econômicas, responsáveis pela chegada de lavradores, especialmente do Sul, que introduzem novas técnicas.

"Somos — lembra o governador — uma espécie de aríete do Brasil, que se assenta entre a Guiana e a Venezuela e que ainda tem o mercado da grande Manaus ao Sul, abrindo amplas perspectivas de desenvolvimento econômico, bastando para isso, coordenar e estimular o desenvolvimento".

O suficiente, em sua opinião, para interessar investimentos do governo federal, inclusive disciplinando a exploração das jazidas minerais, ou aperfeiçoando o sistema de transporte rodoviário, oferecendo opções para o escoamento da produção agropecuária e madeireira. "Com esse apoio — ressalta — poderemos continuar crescendo em ritmo acelerado, conseguindo, em breve, montar a estrutura para a obtenção da autonomia política".

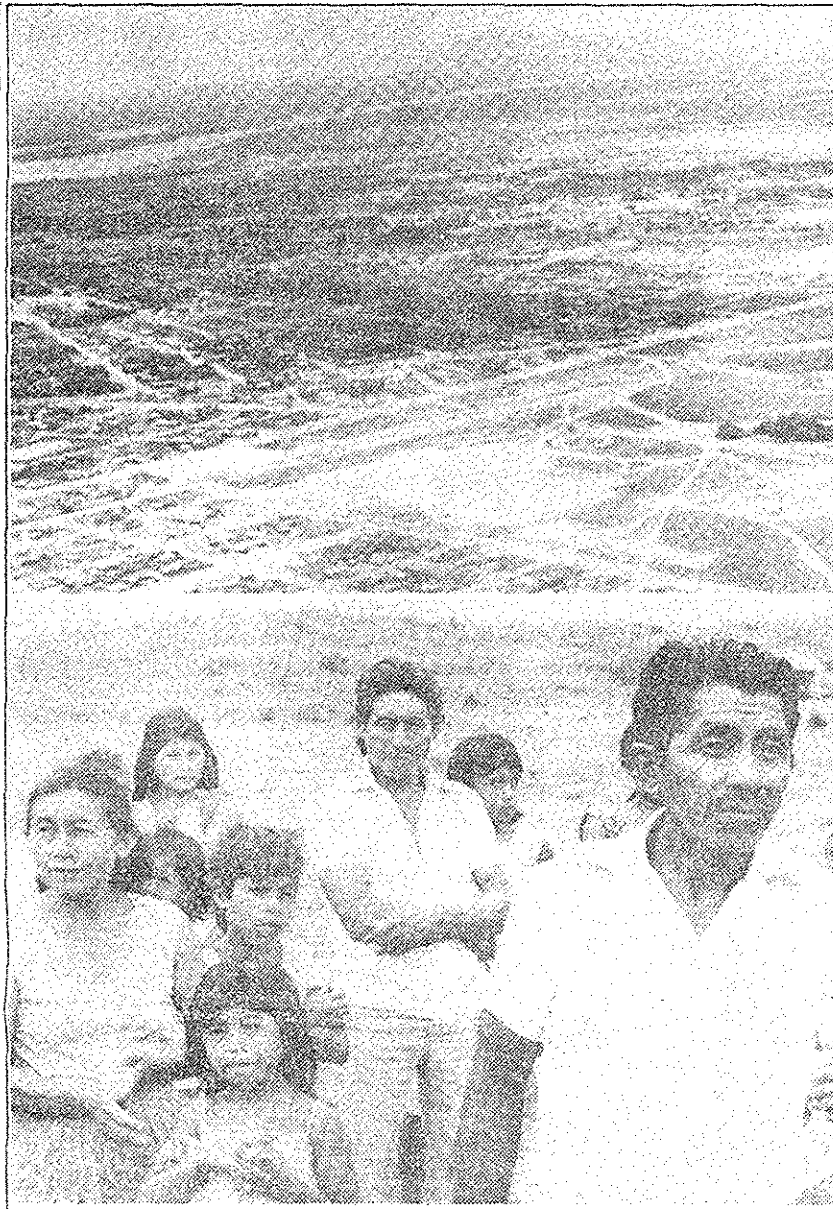
TERRITÓRIO

Na fronteira da Venezuela e Guiana Inglesa, o Monte Roraima, ponto mais setentrional do Brasil, marca, com seus 2.875 metros, a região montanhosa onde se destacam as serras Parima e Pacaraima que, juntamente com outras elevações, guardam jazidas de ouro, diamante, cassiterita e outros minerais, atrativos para garimpeiros que, com métodos rudimentares, desafiam constantemente as reservas indígenas.

É a fisiografia mais curiosa da Amazônia, conforme lembra Otomar de Souza Pinto, que destaca a predominância das florestas ao Sul e a Oeste, mas que lembra a existência de mais de 40 mil quilômetros quadrados — o dobro da superfície de Sergipe — de campos e cerrados, as savanas próprias para a agricultura e a pecuária, a Nordeste, nas nascentes do rio Branco.

Outra característica especial: em algumas regiões, ao contrário do que ocorre em toda a Amazônia, a temperatura à noite pode cair para 12 graus positivos.

O sistema de transporte mais eficiente ainda é o aéreo, que, em Boa Vista, conta com pista de pouso asfaltada e em condições de receber jatos de grande porte, mas onde estão baseados principalmente pequenos monomotores, o veículo mais usado para se chegar às áreas distantes, principalmente aos garimpos. Na malha rodoviária, o destaque é para a BR-174 que liga Manaus—Caracará—Boa Vista—Venezuela, mas cuja utilização acaba sendo sempre uma aventura. O mesmo



O acesso hoje quase só é possível de avião. Mas Roraima pensa em ser Estado: quer indústrias e uma agricultura forte

acontece com a BR-401 que liga Boa Vista à fronteira com a Guiana.

Sobra o rio Branco, que deu o nome original ao Território, mas que também é precário como meio de transporte, já que sua navegação só é possível de maio a agosto, durante o período das chuvas.

O problema maior: o atrito entre os índios e fazendeiros

Até o final deste ano 20 áreas indígenas do Território de Roraima estarão demarcadas, conforme garante o delegado da Funai em Boa Vista, Dinarte Nobre de Madeiro. Mas esse trabalho praticamente nada significará em comparação com as dificuldades previstas para o próximo ano, quando, segundo aquele funcionário, será iniciada a demarcação das três áreas localizadas na região das serras do Sol e da Raposa, onde mais de 100 fazendeiros disputam as terras com grupos Macuxi e Taurepang, que ocupam cerca de 70 malocas.

Este é, na prática, um dos problemas mais graves enfrentados pelo território, onde são comuns as divergências entre a Funai e os fazendeiros, com o órgão federal sendo acusado freqüentemente de prejudicar o desenvolvimento da região. Uma posição que o delegado Madeiro refuta, lembrando que sua atuação tem visado atender aos interesses dos índios, razão pela qual nem sempre as medidas que adota são do agrado dos fazendeiros.

Na verdade, em Roraima, parece que a Funai só não encontra oposição da Igreja, cujos representantes locais concordam com sua política em defesa das terras indígenas. Uma política que Dinarte assegura estar conduzindo criteriosamente, mesmo tendo, às vezes, de suportar pressões de políticos.

Já na fase de demarcação das dez primeiras áreas — as menores do

Território —, abrangendo terras dos índios Macuxi e Uapixana, as dificuldades surgiram a partir da resistência de fazendeiros instalados nas glebas e que tentaram, de várias formas, embargar os trabalhos que eram realizados. Até que o próprio governo do Território, com a participação da Polícia Militar, garantiu o apoio para a execução dos serviços que agora estão em fase final.

No próximo mês, a Funai pretende iniciar os trabalhos em outras dez áreas, admitindo-se que mesmo que ocorram dificuldades elas estarão superadas antes do final deste ano. Só em 1982 é que começará a ser feita a demarcação no centro e no Norte do Território, onde estão localizadas as principais fazendas, algumas com até 15 mil hectares e mais de 10 mil reses.

Ao todo, são mais de 1,3 milhão de hectares de terras que já estão delimitadas e cujos fazendeiros, uma vez concluída a demarcação, terão de ser removidos para outras regiões. É justamente por esta situação que estão previstas as maiores dificuldades da Funai, pois os fazendeiros e pecuaristas não concordam em abandonar as terras, usando como defesa o argumento de que muitos estão ali há mais de 40 anos, antes mesmo do surgimento de algumas malocas.

Dizem que algumas malocas só surgiram em função das fazendas, com o índio sendo utilizado como empregado, fixando-se na região, onde acabou construindo sua casa. "Agora — afirma um deles — a Funai resolve dizer que o índio, que era empregado, deve ser o dono da terra, expulsando os fazendeiros."

Esses argumentos, porém, não convencem o delegado da Funai, que já manifestou sua opinião favorável à demarcação de toda a área. Entre outras teses, sustenta a de que é impossível o convívio pacífico entre os fazendeiros e os indígenas. Tanto que, na Maloca da Raposa, Alfonso José Ambrósio, chefe macuxi, acusa os pecuaristas de proibirem os índios de fazer suas roças e até de praticar livremente a caça. Ele aponta o fazendeiro Sebastião Fernandes Peixoto como um dos mais agressivos em suas proibições, já que não permite que seja retirada nem mesmo a

palha que os índios usam para cobrir as casas. Sebastião Peixoto se defende da acusação e lembra que só não pode concordar que os macuxi invadam suas terras para matar animais, como vinha acontecendo.

Neste clima, a Funai prevê dificuldades maiores do que as enfrentadas até agora para solucionar em definitivo o problema da demarcação das terras indígenas, mesmo porque os fazendeiros estão organizando-se, já contando com uma cooperativa e começando a se articular para a fundação de um sindicato que esteja em condições de defender os interesses da classe.

Essa situação leva o governador Otomar de Souza Pinto a considerar que "a solução para o problema das terras indígenas ainda está engatinhando". Bem diferente de sua opinião a respeito dos problemas fundiários, que, conforme afirma, estão sendo adequadamente solucionados pelo Incra, que só no ano passado procedeu à distribuição de mil títulos, concedendo posses em uma área superior a 350 mil hectares, fato que se deverá repetir este ano.

GARIMPEIROS

Outro problema que a Funai enfrenta em Roraima é o relacionado com os garimpeiros, constantes invasores de áreas indígenas, muitas delas localizadas em importantes reservas de minerais. No final de fevereiro, o governador Otomar solicitou à Base Aérea de Belém a interdição do campo de pouso do garimpo Santa Rosa, atendendo assim às denúncias de que os garimpeiros estavam partindo dali em direção às áreas indígenas.

Estima-se que mais de mil garimpeiros ainda estejam naquela região, onde um novo garimpo está surgindo a apenas 15 quilômetros de uma aldeia, às margens do rio Uraricoera, mas a proibição de pousos de aviões em Santa Rosa deverá forçar uma retirada geral, pela falta de alimentação.

Mesmo o Exército apóia o trabalho da Funai, devendo, segundo o tenente-coronel Wladimir de Souza Rosa, do Comando de Fronteira de Roraima, instalar postos em todas as áreas onde existam problemas com garimpeiros, o que, em sua opinião, facilitará a solução dos casos.

Progresso depende da exploração da riqueza mineral

O desenvolvimento econômico do Território de Roraima está, em parte, condicionado ao cumprimento pela Funai de uma portaria dos Ministérios do Interior e das Minas e Energia definindo o processo pelo qual serão concedidas permissões às empresas estatais para desenvolver pesquisas e minerações em áreas indígenas. O prazo é de 60 dias que a portaria concede à Funai para definir suas reservas estratégicas terminou dia 19 de março.

Para o governador de Roraima, o cumprimento daquela portaria é uma das principais reivindicações do Território, pois isso lhe dará o direito de acionar a Cia. de Desenvolvimento de Roraima —, Doderam —, que já mantém contrato com a Cia. Vale do Rio Doce, para atuar na serra Surucucus, onde vivem os índios ianomânis, uma das maiores reservas de cassiterita e pedras preciosas do País.

A resistência da Funai, admitida pelo delegado do órgão em Boa Vista, deve-se ao fato de que na região de Surucucus, os ianomânis ocupam uma área de 4 milhões de hectares só naquele Território e formam uma população de 4,4 mil índios já contatados e outros 4 mil que jamais tiveram qualquer aproximação com civilizados. Todos, mesmo os que vivem nas malocas conhecidas, ainda se encontram em estágio primitivo. Ao todo estima-se que são 75 as malocas existentes na região.

De qualquer forma, o governador Otomar de Souza Pinto, lembra a necessidade de ser definida a reserva estratégica para os índios, de forma a permitir que a serra de Surucucus seja liberada para o desenvolvimento de pesquisas de jazidas. E pelo contrato existente entre a Coderam e a Cia. Vale do Rio Doce, a empresa estatal terá direitos também sobre a mineração.

Além disso, Roraima aguarda a construção de uma usina hidrelétrica no rio Cottingo para eliminar a dependência exclusiva da energia térmica e permitir a implantação de

indústrias. Nesse aspecto, o governador lembra já existir uma promessa do general Costa Cavalcanti de incluir a construção de Cottingo no programa da Eletrobrás para 1982. A seu ver, uma obra de custo reduzido que libertará o Território da energia térmica, que tem alto custo já que todo o óleo diesel para os motores vem da Bahia, por rio, mais de 5 mil quilômetros de distância.

Há também a preocupação das autoridades locais com a pavimentação da BR-174 entre Boa Vista e a fronteira com a Venezuela, no marco BV-8, tornando um corredor de exportação para a Zona Franca de Manaus e para a indústria madeireira que abastece aquele país. Outra reivindicação: a construção de uma ponte sobre o rio Tacutu, na fronteira com a Guiana Inglesa, permitindo a ligação entre as vilas de Bonfim e Lettem e estimulando o governo vizinho a ligar o lado brasileiro ao Mar do Caribe, há 450 quilômetros, praticamente a metade da distância do porto de Manaus.

O objetivo é atrair empresários agrícolas do Sul

Além de pagar todas as despesas de mudança dos nordestinos que pretendam transferir-se para Roraima, o governo do Território busca consolidar sua economia, desenvolvendo um plano de atração de empresários agrícolas do Sul, especificamente aqueles que tiverem suas terras inundadas pela hidrelétrica de Itaipu, com quem já estão sendo mantidos contatos em Santa Helena.

Pelo plano em desenvolvimento, de uma reserva de 6 milhões de hectares em poder do Território, haverá a distribuição gratuita de 1,5 milhão que serão divididos em módulos de até 300 hectares, que serão destinados aos nordestinos. O restante da gleba será vendido a preços simbólicos em módulos de 350 hectares, com preferência para os colonos da região de Itaipu, que poderão adquirir quantos módulos pretenderem. No primeiro caso, só depois de quatro anos é que será concedido o título definitivo das terras, enquanto nas glebas destinadas aos empresários de maiores recursos o Incra se comprometerá a proceder à titulação em 30 dias.

Atualmente, o Território de Roraima possui um rebanho bovino estimado em 350 mil reses, o maior da Amazônia. Para o governador, o projeto em desenvolvimento permitirá a multiplicação daquele número, aproveitando o potencial oferecido pela Venezuela, cuja demanda de carne é equivalente a 100 mil reses abatidas por ano.

Segundo Otomar de Souza Pinto, o Território de Roraima pode transformar-se em área fornecedora de produtos para a Venezuela, que já vem adquirindo anualmente o equivalente a 10 milhões de dólares em madeira serrada fornecida pela indústria local. E, no ano passado, havia interesse daquele governo em adquirir 100 mil toneladas de milho.

"Tudo isso" — garante o governador — "poderá ser fornecido pelo próprio Território, onde as experiências demonstram boas perspectivas para as culturas do milho, sorgo, feijão e fruticultura, abrindo amplas possibilidades de consolidação econômica da região."

Isso tudo sem contar o potencial em minerais que, segundo denúncia de Otomar de Souza Pinto, "vem sendo contrabandeado livremente para o Exterior". Ele afirma que o maior contrabando é do diamante que, transportado ilegalmente, deixa de representar divisas para o Território.

Para o governador, de acordo com os entendimentos que vem mantendo junto ao governo federal, antes do final do mandato do presidente Figueiredo o Ministério do Interior deverá proceder a uma avaliação institucional e econômica do Território, para se definir sobre a criação de novo Estado.